

Programa “Câmara Jovem” e socialização política: Uma análise da participação e representação política da juventude no município de Cascavel - PR

Thaís Damaris da Rocha Thomazini¹

Coautora e orientadora: Rosana Katia Nazzari²

Mestrado em Ciências Sociais – UNIOESTE

GT 5 - Representação, Participação e Deliberação: desafios para a Teoria Política no século XXI.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o programa “Câmara Jovem”, desenvolvido pela Câmara Municipal de Vereadores em parceria com o Núcleo Regional de Educação de Cascavel. Busca-se compreender como a participação política do jovem acontece no programa, e refletir sobre o processo de socialização política presente em sua forma de organização. Espera-se avaliar em que medida o processo de participação e socialização política existente no programa pode inferir na compreensão, questionamento e reflexão do jovem participante sobre sua realidade, e em seu reconhecimento enquanto sujeito capaz de agir politicamente no contexto em que vive.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Câmara Jovem; Socialização Política; Participação política.

Este artigo³ tem como objetivo analisar o programa “Câmara Jovem”, desenvolvido pela Câmara Municipal de Vereadores em parceria com o Núcleo Regional de Educação de Cascavel. Busca-se compreender como a participação política do jovem acontece no programa, e refletir sobre o processo de socialização política presente em sua forma de organização. Espera-se avaliar em que medida o processo de participação e socialização política existente no programa pode inferir na compreensão, questionamento e reflexão do jovem participante sobre sua realidade, e em seu

¹ Mestranda em Ciências Sociais – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus – Toledo. Linha de Pesquisa: Democracia e Políticas Públicas. Período: Abril/2010 – Março/2012. Graduada em Ciências Sociais (Bacharel e Licenciatura) pela mesma universidade. thais.damaris@gmail.com.

² Pós-doutoranda em Educação pela UNISINOS. Docente, pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em: Sociedade, Cultura e Fronteiras e Ciências Sociais da UNIOESTE. Doutora em Ciência Política da Pesquisa da UFRGS: Capital Social e Desenvolvimento Sustentável na América Latina: Cultura Política, Cidadania e Qualidade Democrática, na linha: Jovens, Democracia e Capital Social. knazzari@hotmail.com.

³ Este artigo faz parte das investigações e desenvolvimento de minha dissertação de mestrado que analisa a eficácia do programa Câmara jovem no município de Cascavel, cujo objetivo principal é possibilitar a participação política do jovem cascavelense, resolução nº 011/2007.

reconhecimento enquanto sujeito capaz de agir politicamente no contexto em que vivem.

O referido programa recebe destaque, no presente estudo, por ser a única ação organizada pelo poder municipal destinada à participação política do público jovem, sendo referência em outras cidades da Região Oeste do Paraná. Em exercício a partir da resolução municipal da Câmara de Vereadores 011/2007, permite a participação de alunos do Ensino Fundamental II e Médio de escolas públicas e privadas, escolhidos mediante votação entre os estudantes da escola. Os vereadores jovens e suplentes eleitos participam do programa por meio de sessões mensais realizadas na câmara de vereadores do município durante o período de um ano (tempo de duração de cada gestão).

As considerações apresentadas no artigo são resultado da análise dos dados obtidos em entrevista com os vereadores jovens do município (Gestão 2010) em dezembro de 2010. Os dados da entrevista foram avaliados em conjunto com a análise do regimento interno e resolução normativa do programa e as observações das sessões realizadas durante o período de agosto/2010 a dezembro/2010. O processo de análise considerou ainda a discussão teórica sobre juventude, participação e socialização política (CASTRO, 2009); (NAZZARI, 2002); (BAQUERO, 2006).

Primeiramente, será realizado um “mapeamento” dos programas, projetos e políticas municipais que envolvem ou que estão diretamente direcionadas a adolescentes e jovens do município. Busca-se apresentar o contexto das ações municipais voltadas para a juventude e destacar quais projetos e programas são de cunho político. Neste tópico será apresentado o funcionamento e organização do programa Câmara Jovem, objeto de análise do artigo.

Em um segundo momento, será realizada uma discussão teórica acerca do conceito de socialização política, no objetivo de analisar a maneira como este processo pode influenciar no desenvolvimento, fortalecimento e legitimação da democracia.

Posteriormente, a etapa de finalização do artigo tem como objetivo apresentar os resultados dos dados obtidos em entrevista com os vereadores jovens do município (gestão 2010) em dezembro de 2010. Os dados da entrevista foram analisados em conjunto com a interpretação do regimento interno do programa e as observações das sessões realizadas durante o período de agosto/2010 a dezembro/2010.

O JOVEM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Como apresentado na introdução deste artigo, o objetivo neste momento é realizar uma espécie de “mapeamento” dos programas, projetos e ações políticas desenvolvidos no município direcionadas a adolescentes e jovens.

Busca-se identificar a relação do poder público municipal com esses sujeitos, e também analisar quais programas possibilitam a socialização e participação política da juventude no município.

O município de Cascavel, localizado na Região Oeste do Estado do Paraná, possui aproximadamente 296.254 habitantes (IBGE 2009) e 193.992 eleitores (TSE 2010). A população jovem considerada entre 15 e 24 anos está estimada em 53.075 (IPARDES 2007) destes, 35.670 são eleitores jovens de 16 a 24 anos (TSE 2010).

A partir de análise realizada sobre programas e ações políticas direcionadas ao público adolescente e jovem do município, pôde-se perceber a predominância de projetos e políticas voltadas para a proteção e assistência social de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social.

É possível identificar ações do poder público, representado pela Secretaria de Assistência Social, que visam proporcionar políticas públicas de segurança e proteção a crianças, adolescentes e jovens afastados de suas famílias; em situação de violência, uso e tráfico de drogas e exploração sexual; vinculados a medidas socioeducativas e/ou de liberdade assistida; e demais medidas de proteção e enfrentamento a violação de direitos prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/1990.

Dentre os programas, projetos, ações políticas e serviços desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social⁴ destinada a adolescentes e jovens, pode-se destacar:

- Proteção Social Básica (CRAS) Centro de Referência de Assistência Social. Atua no enfrentamento a situações de violência e vulnerabilidade social através do fortalecimento dos vínculos entre as famílias e a comunidade. Possui seis unidades em Cascavel;
- Projeto Eureka I e II, que tem como público alvo as crianças e adolescentes entre 0 e 16 anos em situação de risco social. Objetiva promover ações socioeducativas através de atividades culturais, esportivas e de lazer no período do contraturno escolar.

⁴ Os programas e ações citados neste artigo estão disponíveis para acesso no site do município: [HTTP://www.cascavel.pr.gov.br/](http://www.cascavel.pr.gov.br/) Secretaria de Assistência Social.

- Projetos “Multiplicadores Juvenis”: tem como objetivo desenvolver ações que possibilitem aos jovens o acesso a informação e a valorização das relações de solidariedade entre a comunidade local para atuar na prevenção e enfrentamento ao uso e tráfico de droga. O projeto através de ações teóricas e práticas, busca desenvolver o protagonismo juvenil, a permanência e o rendimento escolar. Os jovens que participam do projeto recebem bolsa auxílio;
- Programa “Atitude”, realizado no período de 2009 a 2011, com parceria entre os governos estadual e municipal. O projeto busca trabalhar de forma articulada com a rede escolar e demais serviços por meio de ações práticas e teóricas (oficinas de aprendizagem, esporte, lazer e recreação, cultura e artes) com crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Faixa etária atendida: Crianças e adolescentes de 05 a 17 anos.
- Pro Jovem Adolescente, que integra a Política Nacional de Juventude e faz parte dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Atende jovens de 15 a 17 anos, pertencentes ao programa Bolsa Família, vinculados ou egressos de medidas socioeducativas, programas de combate a violência e exploração sexual.

O município proporciona também, medidas de proteção social de alta e média complexidade. São elas:

- Casa de Passagem feminina e masculina que oferece acolhimento e condições de desenvolvimento a adolescentes sob medida de proteção ou em situação de risco ou vulnerabilidade social;
- Família Acolhedora - organiza o acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família ou em medidas de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas;
- CREAS I – Unidade pública de proteção e atendimento especializado a crianças e adolescentes. Atende crianças, adolescentes e suas famílias que vivenciam violações de direitos por ocorrência de situações de violência, tráfico de pessoas, abandono;
- CREAS II – Tem como função prover atenção e atendimento a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviços a comunidade determinadas judicialmente;

- CREAS POP – Atendimento a população em situação de rua, inclusive adolescentes e jovens.

Pela atuação das Secretarias de Esporte e Lazer e da Cultura, o poder público desenvolve ainda, o projeto “Atleta do Futuro” de cunho socioeducativo e público-alvo, crianças de 05 a 12 anos; e o Ponto de Cultura Colenda de caráter cultural, que oferece aulas gratuitas de dança, teatro, música, capoeira, artes visuais, biblioteca e videoteca.

É possível destacar também, a atuação de programas na área da Saúde, como o Saúde da família, do Neonato, Criança e Adolescente, e ainda o Programa de Controle de DST/AIDS que capacita estudantes e educadores acerca da prevenção, orientação e multiplicação de conhecimento a respeito das doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, diversidade sexual, discriminação e preconceito.

O município de Cascavel possui 28 instituições/entidades não governamentais cadastradas na Secretaria de Assistência Social do município, responsáveis pela prestação de serviços de Proteção Social Básica; Proteção Social Especial - Alta Complexidade; Defesa de Direito; Assistência Social; Educação e Saúde.

O Conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente criado em 1994, e o recém-criado Conselho municipal da juventude, projeto de lei nº 204, 2010, se destacam enquanto órgãos de caráter normativo, consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador de leis e políticas direcionadas às crianças, adolescentes e jovens.

Consideramos a possibilidade dos programas, projetos, serviços e ações destacadas acima promoverem entre crianças, adolescentes e jovens práticas e ações políticas que possam instiga-los a analisar e agir sobre o contexto em que vivem. Entretanto, estes programas e ações evidenciam de maneira geral, uma preocupação de caráter assistencial do poder público (Federal; Estadual e Municipal) em promover medidas de proteção social e enfrentamento à violação de direitos a crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade social no município. Estas ações compreendem os jovens, quase sempre de forma estereotipada, antes como elemento problematizador do que como agentes sociais e cidadãos. Não consideram as várias expressões juvenis e não indicam formas de visibilidade social, atendidas pela política pública na cidade de Cascavel.

Neste contexto, o programa Câmara Jovem pode ser compreendido como o único espaço municipal criado pelo poder público local (Legislativo Municipal), que

apresenta e reconhece em sua resolução de criação, um caráter essencialmente político que tem como objetivo integrar o jovem com a política e contribuir para a formação de sua cidadania.

CÂMARA JOVEM: UMA ANÁLISE ACERCA DA ATUAÇÃO JUVENIL RESOLUÇÃO Nº 011/2007 e REGIMENTO INTERNO

O programa Câmara Jovem foi implantado em Cascavel no segundo semestre de 2007, resolução 011/2007, a partir de iniciativa de um grupo de estudantes de uma escola pública da cidade e projeto elaborado por vereadores do município. O projeto permite a participação de alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas, escolhidos mediante votação entre os estudantes da escola.

É previsto na resolução do programa, 011/2007, a realização de sessões periódicas para a participação dos vereadores jovens e suplentes nas dependências da câmara de vereadores do município e também a criação de uma vaga de assessor político⁵ destinada à organização do programa e auxílio aos vereadores jovens. A cada gestão, ocorrem eleições trimestrais entre os vereadores jovens para escolher os membros da mesa diretora composta pelos cargos de presidente, vice-presidente, 2º vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário, que organizará o trabalho dos vereadores jovens durante a gestão.

De acordo com a resolução, o projeto busca integrar o jovem com a política; promover a integração entre a câmara municipal com colégios públicos e privados do município; oportunizar o aprendizado da função legislativa do poder público municipal e contribuir na formação de sujeitos/cidadãos capazes de participar do processo de tomada de decisões políticas.

A integração do poder público com as escolas também é destacado no preâmbulo do regimento interno do programa. Neste, os vereadores jovens evidenciam o objetivo de integrar o Poder Legislativo Municipal com as escolas, através de uma atuação democrática que possa contribuir no desenvolvimento do município.

No regimento interno, também é prevista a constituição de comissões de trabalho que possuem a função de investigar, estudar e discutir a realidade municipal no que diz respeito ao meio ambiente, sustentabilidade, saúde, segurança, educação, entre

⁵ Prevê a criação de uma vaga na estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cascavel, Resolução nº 2 de 1991, de cargo de Assessor Especial do Programa Câmara Jovem, símbolo GCC – 3. (RESOLUÇÃO 011/2007)

outros. Este elemento merece destaque na medida em que pode proporcionar aos estudantes o desenvolvimento da pesquisa e investigação da realidade, os instigando a pensar em políticas públicas de enfrentamento das mazelas sociais.

Outro item que destaca a viabilidade de ação política dos vereadores jovens está previsto na resolução e no regimento interno do programa⁶. Nestes documentos é evidenciado a possibilidade dos mesmos apresentarem proposições na modalidade de indicação, podendo ser encaminhadas a Mesa Diretora da Câmara Municipal de vereadores, podendo ser transformadas em proposições legislativas oficiais.

Também é previsto nos documentos citados acima, a possibilidade dos vereadores jovens e suplentes apresentarem indicações, reclamações e sugestões de interesse público da escola, do colégio e da cidade, utilizando a tribuna da câmara municipal de vereadores.

O regimento interno vigente do programa, reestruturado em maio de 2010, apresenta de forma mais detalhada as possibilidades de ação legislativa dos vereadores jovens. Este regimento reconhece como proposição toda matéria, sujeita a deliberação do plenário e elaborada pelos jovens. Os estudantes podem apresentar indicações, propostas de projetos de lei e ofícios. Após a elaboração das proposições, estas deverão ser lidas, discutidas e votadas pelos demais vereadores jovens, para posteriormente serem encaminhadas ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores que poderá ou não incluir a proposição na pauta de discussão do legislativo municipal.

A partir da análise dos dois documentos oficiais, relativos ao “Programa Câmara Jovem”, é possível observar que ambos reconhecem o programa como um espaço de aprendizagem do universo político e também prevêm a investigação da realidade e ação política dos vereadores jovens. Este fato é evidenciado na possibilidade das indicações apresentadas pelos vereadores jovens tramitarem na Câmara de Vereadores oficial e se tornarem legislações municipais.

A partir de dados obtidos com a coordenadora do programa junto ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel, Sandra Mara Martins, no início da gestão 2010, 31 escolas, sendo estas públicas e privadas, enviaram representantes para o “Programa Câmara Jovem”. Deste número inicial, 06 estudantes não concluíram o mandato, o que resulta em um número de 25 vereadores jovens atuantes na gestão. A coordenadora

⁶ O Regimento Interno pode ser alterado a cada gestão de vereadores jovens. A última atualização ocorreu em 04 de maio de 2010.

lembra ainda que 14 não tiveram participação através da atuação do vereador jovem na Gestão 2010 do programa.

SOCIALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A maneira como o indivíduo vem sendo preparado para discutir e participar do cenário político democrático se torna uma ação relevante na medida em que problematiza a formação do sujeito em relação ao exercício de sua cidadania. Entender o processo de formação política do cidadão comum pode contribuir no questionamento dos papéis sociais exercidos pelas instituições sociais e a maneira como as mesmas têm incrementado a inserção dos sujeitos no cenário político contemporâneo.

A formação social do indivíduo acontece a partir de sua relação e interação com os outros sujeitos e elementos presentes em seu grupo social. É um processo contínuo, dinâmico e relacional que se fundamenta na troca de conhecimentos e experiências, envolvendo elementos sociais, culturais, históricos, políticos, lingüísticos, simbólicos, espirituais, naturais e econômicos.

Essa troca de saberes e experiências influencia a construção de identidades sociais e culturais, comportamentos, concepções de mundo e até mesmo características consideradas subjetivas e referentes à personalidade do indivíduo como autonomia, liderança e capacidade de tomar decisões.

São inúmeros sujeitos, instituições sociais, objetos, animais e demais elementos que atuam em nosso processo de socialização, instigando e mediando nossa interação com o mundo, em especial com regras sociais, modelos de comportamentos, processo de trabalho e produção, entre outros elementos que envolvem o cotidiano da vida em sociedade.

O ser humano durante o processo de formação social, não tem sua identidade, personalidade e comportamentos determinados pelo contexto social em que vive prontos e definitivos. No delinear deste processo, o indivíduo dialoga com o universo de símbolos e significados existentes em sua estrutura social e a partir dessa interação se constrói enquanto sujeito. Segundo Nazzari (2002) “a socialização, portanto, não é um processo linear e cumulativo, mas resultado de várias experiências e contradições que podem revelar-se individualmente” (NAZZARI, 2002, p.108).

Refletir sobre a atuação de diferentes sujeitos e instituições sociais no processo de socialização do indivíduo torna-se referencial para entender sua concepção de mundo, inclusive seu comportamento político. Com relação ao conhecimento político, é necessário analisar em que medida a interação dos indivíduos com diferentes sujeitos e instituições sociais influencia sua formação no que diz respeito ao questionamento e compreensão da realidade social e política em que vive.

Nazzari (2002), utilizando os escritos de Almond e Verba (1972), afirma que o processo de socialização política acontece a partir das experiências e interações dos indivíduos, que através de seus papéis sociais podem se reconhecer e adquirir habilidades políticas que envolvem participação, questionamento e autonomia ou a reprodução de comportamentos não políticos.

A autora ressalta o papel das instituições e sujeitos sociais presentes de forma mais expressiva no processo de socialização, sendo estas a família e a escola, considerando as relações paternalistas e clientelistas de nosso contexto histórico como fatores negativos que prejudicaram e ainda prejudicam a formação política das pessoas.

Observou-se que traços da cultura política brasileira, como personalismo, clientelismo e o patrimonialismo que subjugam os interesses coletivos aos particulares, principalmente da parentela brasileira, determinaram as características de suas instituições sociais. Nesse caso, a família, como principal agência socializadora no Brasil, reforça as características de cunho particularista e antidemocrática, levadas ao isolamento e afastamento do espaço público pelo paternalismo e, na atualidade, pela sociedade de consumo de massas, o que fortalece ainda mais as relações de apadrinhamentos e defesa de interesses pessoais, obstruindo a construção da cidadania, que viabilizaria a democracia em nosso país. (NAZZARI, 2002, p. 115).

Ao analisar o conceito de socialização política, Baquero (1997) afirma que há um consenso na literatura de que normas, crenças, valores internalizados na infância e adolescência são determinantes no desenvolvimento de valores, crenças e comportamentos dos indivíduos na fase adulta. O autor escreve sobre o referido conceito quando pesquisa a concepção do adolescente sobre a democracia em três cidades do Rio Grande do Sul.

Neste cenário, a partir do conceito desenvolvido por Almond e Verba (1965) o autor apresenta a socialização política como “conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo, têm influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não para o sistema político” (Baquero, 1997, p10).

De acordo com Baquero (1997) existe atualmente uma preocupação por parte de cientistas sociais e políticos em analisar o processo democrático brasileiro, em especial, seu contexto de transição com o anterior regime autoritário e as dificuldades de consolidar a democracia e a governabilidade. Dessa forma, o “olhar” científico tem se voltado para a análise das instituições políticas, ações que possam fortalecer a democracia representativa no atendimento de questões públicas e reformas eleitorais, partidárias e constitucionais. (Trindade, 1992; Lamounier e Nhlen 1992; apud Baquero, 1997, p. 7).

Ao refletir sobre a consolidação da democracia no Brasil, o autor acredita que a mesma, além da fundamentação legal, precisa ser legitimada por valores e crenças.

[...] a consolidação da democracia está intimamente ligada, não somente, a reformas econômicas estruturais; ela também depende do grau de aceitação das regras do jogo político, por parte dos cidadãos. Isso significa que democracia implica dissenso e divisão, mas com base no consentimento e coesão. Exige que os cidadãos tenham independência, mas que também aceitem a autoridade governamental (Galleguillos e Nef, 1990; apud Baquero, 1997, p.10).

Neste contexto, o autor escreve sobre a possibilidade do processo de socialização política influenciar a construção e transformação da cultura política de um país, despertando a preocupação dos indivíduos para problemas públicos e coletivos, fazendo com que os mesmos tenham conhecimento a respeito da prática política, sendo assim, capazes de desenvolver concepções e comportamentos que evidenciem a participação política e a cidadania.

No objetivo de dialogar com as definições e discussões sobre o conceito de socialização política mencionadas anteriormente, Castro (2009) questiona autores clássicos e contemporâneos da sociologia e da psicologia (Dawson e Prewitt, 1999; Easton e Dennis, 1969; Greenstein, 1965; Hess e Torney, 1967; Hyman, 1959), afirmando a “tendência” de estes considerarem a juventude como etapa de preparação para a vida política adulta, desenvolvendo habilidades políticas, pensamentos e comportamentos que possam influenciar e contribuir em sua experiência e participação democráticas. A autora realiza uma análise crítica sobre este processo, discutindo suas contribuições e riscos em relação ao contexto político atual e nos propõe a refletir sobre

como os sujeitos jovens entendem sua atuação, representação e participação em ações políticas.

O conceito de socialização política ilumina justamente o processo de preparação dos jovens frente a assumir e exercer a atividade política conforme os modos convencionais e estabelecidos pelas gerações anteriores. [...] Portanto, o conceito de socialização política indica, num primeiro plano, o processo de preparação ou habilitação que se faz necessário para que os jovens possam participar da atividade política (CASTRO, 2009, p. 480).

Castro (2009) analisa as concepções dos autores que marcam estudos de socialização política na década de 1960, na América do Norte, a partir de questionamentos acerca dos comportamentos políticos motivados pelo contexto pós-segunda guerra mundial. Segundo a autora, “na atmosfera intelectual do pós-guerra tornou-se importante investigar os antecedentes de personalidade do cidadão comum que concorriam para a formação de atitudes de preconceito, racismo e xenofobia” (CASTRO, 2009, p. 480).

De maneira geral, Castro (2009) evidencia que grande parte dos autores que se dedicaram ao estudo de socialização política nos anos 60, entre eles: David Easton, Robert Hess e Fred Greenstein estavam “preocupados” em analisar o conceito no estudo da manutenção e transformação de sistemas políticos.

Ao analisar as concepções dos autores mencionados, Castro (2009) considera por um lado a importância que as mesmas atribuíram a infância e a adolescência; e por outro o fato de estas pesquisas e explicações entenderem a criança e o adolescente como indivíduos “passivos” dos questionamentos do contexto social.

Inserindo a discussão no contexto contemporâneo a autora compreende que os estudos de socialização política dos autores brasileiros⁷ em sua grande maioria problematizam a forma como o contexto social, cultural, político e econômico contemporâneo (individualismo, consumo, globalização) podem influenciar a democracia moderna.

Buscando estabelecer um diálogo com essas concepções e analisar de maneira crítica o conceito de socialização política a autora considera os escritos de Buckingham (2000) e Machado (1979), onde os mesmos criticam a perspectiva conservadora das teorias de socialização, principalmente, na possibilidade das crianças e

⁷ A autora cita: Baquero e Baquero (2007); Baquero (2003); Lucas (2003); Nazzari (2005); Schmidt (2000); Silveira e Amorim (2005).

jovens reproduzirem práticas e concepções políticas consideradas como “corretas”, “normais”, “desejadas” pelos adultos.

A partir das considerações apresentadas acima, a autora nos chama a atenção para os possíveis perigos que podem estar presentes no processo de socialização política, na medida em que este se torna uma preocupação com a manutenção e regulação da sociedade. Esta concepção pode resultar em atitudes de reprodução e legitimação de regras, padrões e comportamentos internalizados e naturalizados pelos indivíduos. Este feito pode ainda, impedir o desenvolvimento de novos comportamentos, rupturas e transformações sociais por parte de gerações futuras.

Esta análise a respeito do perigo da socialização política como reprodução e legitimação da ordem existente, nos evidencia a importância em pensar criticamente a atuação de sujeitos e instituições sociais no processo de formação social dos indivíduos.

Socializar para a participação política no contexto democrático não pode se limitar em transmitir e reproduzir o conhecimento necessário para a compreensão do funcionamento do poder público, mas também uma condição de análise e discussão que envolva o pensar e agir político, considerando ações de renovação, participação democrática e transformação social.

O processo de socialização política pode influenciar a formação dos indivíduos no que diz respeito ao comprometimento com o coletivo e com a capacidade de analisar o contexto social e político em que vivem. As experiências, conhecimentos e interações vivenciadas no coletivo, podem possibilitar a identificação de problemas e situações de risco e a organização e mobilização política dos indivíduos na busca por melhores condições de vida.

Podemos considerar como um desafio para a democracia contemporânea a efetivação de um processo de socialização política capaz de transformar a concepção dos indivíduos a respeito do universo político, fazendo com os mesmos o entendam como um espaço de atuação a ser buscado, e se reconheçam enquanto sujeitos de vontade e poder político.

Este processo pode proporcionar conhecimento crítico acerca do modelo político, fazendo com que os indivíduos tenham ciência de suas limitações sociais e políticas e sejam capazes de pensar em maneiras de amenizá-las e superá-las.

A inclusão do jovem como sujeito de sua história e da construção de si e do mundo em que vive se impõem frente aos desafios do mundo contemporâneo. A busca de alternativas que tornem os jovens protagonistas de suas demandas,

em conjunto com a coletividade, passa, no entanto, por uma (re)invenção de práticas e teorias explicativas (NAZZARI; BAQUERO, 2010, 14)

De acordo com Nazzari (2010) o empoderamento dos jovens através do processo de socialização política é uma alternativa relevante para promover a inclusão e participação destes sujeitos nos espaços democráticos. Neste contexto, o processo de socialização política pode contribuir na formação de cidadãos que lutem por espaços de participação, deliberação e representação política capazes de reconhecer as necessidades e incluir politicamente diferentes grupos sociais.

ENTREVISTA COM OS VEREADORES JOVENS E SUPLENTES

Nos dias 17/11/10 e 01/12/10 foram entrevistados por meio de questionário com questões objetivas e discursivas os vereadores jovens e suplentes presentes nas sessões realizadas na Câmara Municipal de Cascavel.

Foram entrevistados ao todo 14 vereadores jovens, sendo 10 vereadores, 04 suplentes, 07 meninos e 07 meninas. Destes, 06 são estudantes de escolas particulares e 08 estudam em escola pública. 08 possuem idade entre 16 e 18 anos, 05 entre 13 e 15 anos e, apenas um deles possui mais de 18 anos.

De maneira geral, as questões buscavam identificar a concepção dos jovens sobre o programa; o interesse dos mesmos a respeito da política; as dificuldades vivenciadas pelos jovens no decorrer de sua participação no programa e sua expectativa acerca de decisões políticas futuras. No total, eram 13 questões, sendo 7 objetivas e 6 discursivas. Algumas respostas foram selecionadas para a apresentação neste artigo e são destacadas a seguir. Primeiramente, apresenta-se os dados relativos as respostas das perguntas formuladas, seguidas da análise e dos comentários no término deste tópico.

Com relação à concepção dos jovens a respeito do programa, 9 deles o consideram como um espaço de aprendizagem e ação política; 3 o entendem como um espaço de aprendizagem política e apenas 2 jovens o identificam como um espaço de decisões políticas.

Quando questionados sobre a contribuição do programa Câmara Jovem para seu conhecimento político e incentivo de sua participação e formação política, a grande maioria, 12 dos 14 entrevistados responderam positivamente. Um estudante colocou que o programa não contribui e não incentiva sua formação política, e outro respondeu que o programa tem pouca influencia para o entendimento do cenário político. 13 estudantes

também responderam positivamente o questionamento se o programa proporciona e incentiva o estudo de conteúdos políticos, como democracia, participação política, entre outros, e apenas um estudante respondeu “às vezes”.

Em resposta a questão acerca do interesse dos jovens pela política, 10 se consideram muito interessados e 04 afirmam que possuem pouco interesse. Com relação à identificação partidária, 08 afirmaram não possuir e 05 responderam que se identificam com algum partido, dos quais foram citados: PV, PDT e PSOL. Um estudante não respondeu a questão.

Foi solicitado que os estudantes respondessem a respeito da relação deles com os demais alunos da escola que representam. De acordo com as respostas, 8 dos 13 entrevistados, afirmaram que os estudantes de sua escola não demonstram interesse em conhecer e participar do programa e também não questionam a atuação do vereador jovem. Quatro jovens afirmaram que os alunos de sua escola às vezes questionam o programa e se mostram interessados a respeito de sua atuação; e apenas 2 estudantes afirmaram que os estudantes de sua escola demonstram grande interesse pelo programa e questionam seu funcionamento e atuação.

Quando questionados sobre a possibilidade do Programa Câmara Jovem ser uma maneira de criar políticas e ações para jovens, 11 dos 14 entrevistados, responderam positivamente, afirmando que o programa contribui na formação dos participantes e é um espaço destinado ao jovem. 03 estudantes responderam “às vezes”, afirmando que o programa é importante e eficaz, porém, precisa de mais apoio do poder legislativo; e é importante mencionar que nenhum dos entrevistados afirmou que o programa não é eficaz.

A respeito das dificuldades vivenciadas pelos vereadores jovens e suplentes no exercício de sua gestão, 07 afirmaram que a falta de apoio dos vereadores e da sociedade dificulta muito a atuação dos jovens; 03 responderam que não possuem poder de decisão política; 02 afirmaram que possuem dificuldade de acesso/locomoção para participar das sessões e 02 disseram que a falta de apoio e incentivo da escola na formação do vereador jovem também dificultam sua participação no programa.

Os estudantes também foram questionados sobre a relação existente entre o programa Câmara Jovem e os vereadores pertencentes à Câmara municipal. 08 jovens responderam que a relação existente é pouco efetiva, devido ao desinteresse dos vereadores do município pela Câmara Jovem; 03 responderam que a relação é boa e que

há interesse e apoio por parte dos vereadores. Um estudante afirmou que não existe relação e um dos entrevistados afirmou que não sabe responder a questão.

Com relação à opinião dos vereadores jovens e suplentes sobre a importância do programa para os jovens e para o município, 07 jovens afirmaram que o projeto é importante para a formação política e aprendizagem do jovem participante; 04 responderam que o programa é importante para a participação política do jovem; dois estudantes afirmaram que o projeto é importante, pois possibilita experiência e conhecimento político para o jovem e contribui para o município; e um jovem respondeu que o programa é importante para o jovem, porém, não contribui para o município porque não tem poder de aprovar projetos.

A última pergunta estava relacionada à capacidade do programa Câmara Jovem em preparar os participantes para participar de decisões políticas futuras. 12 dos 14 entrevistados responderam positivamente, afirmando que o programa contribui para que sejam mais conscientes em relação aos governantes e ao voto; e 02 afirmaram que talvez o programa possa contribuir.

A partir dos dados acima, é possível perceber que todos os jovens entrevistados entendem o programa Câmara Jovem como um espaço destinado a aprendizagem do universo político, em especial, o conhecimento sobre a ação do poder legislativo. O fato de o programa ser uma instância de ação política também é reconhecido pela maioria dos jovens (8 dos 13 entrevistados). O número reduzido de jovens que consideram o programa como um espaço de decisões políticas, nos faz refletir sobre a maneira que os jovens avaliam a capacidade do programa atuar como agente de transformação da realidade do público jovem, bem como, seu poder de decidir sobre questões políticas.

A maioria dos jovens entrevistados entende que participar do programa Câmara Jovem pode contribuir para seu entendimento, formação e participação política. Entretanto, considera a falta de apoio da Câmara de Vereadores, da sociedade e da escola como uma das principais dificuldades vivenciadas pelos participantes do programa.

Isso evidencia que apesar de ser considerado um ambiente de discussão e formação política, os jovens participantes não reconhecem a integração do projeto com a comunidade, o que pode comprometer sua capacidade de ação coletiva e o reconhecimento do poder político do programa perante a comunidade.

Esta questão também pode ser identificada nas respostas dos estudantes a respeito da importância do programa para os jovens participantes e para a comunidade. A maioria dos participantes reconhece que o projeto contribui em sua formação política. Porém, apenas um o considera importante para o município. Isto evidencia novamente a dificuldade de integração do programa com a comunidade, e o seu possível comprometimento no que diz respeito a sua capacidade de ação política e reconhecimento social.

As dificuldades identificadas acima, também são destacadas nas respostas dos vereadores jovens e suplentes a respeito da relação dos vereadores jovens e os demais estudantes da escola que representa. A maioria reconhece que seus colegas não são interessados em conhecer o programa, não questionam seu funcionamento e a atuação dos jovens participantes.

É difícil pensar as razões desse desinteresse sem uma análise mais detalhada do contexto escolar. Porém, possíveis causas podem estar relacionadas ao trabalho desenvolvido pelos profissionais da escola na divulgação, organização, fomento e incentivo do projeto junto aos estudantes; a dificuldade do vereador jovem e suplente em compartilhar as informações, discussões e ações realizadas no projeto com seus colegas e ainda a atuação e reconhecimento do programa pelo poder público municipal, representado pela Câmara municipal de Vereadores.

Outra questão que merece maior atenção e análise é a maneira que essa lacuna de integração entre o programa Câmara Jovem e a comunidade escolar influenciam o processo de socialização política dos jovens participantes e demais estudantes nas escolas representadas.

Neste contexto, evidencia-se a possibilidade dos estudantes reproduzirem comportamentos e concepções políticas que evidenciam o modelo democrático representativo, reforçando uma participação política esporádica, fragmentada e presente apenas no momento de eleição dos vereadores jovens nas escolas. A ausência de integração entre os vereadores jovens e os demais estudantes pode reforçar o pensamento comum a respeito da distância entre o poder legislativo e o cidadão, e ainda comprometer a confiança desses jovens nas instituições políticas e em seus representantes.

AS SESSÕES COMO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A partir das observações das sessões do Programa Câmara Jovem realizadas durante o segundo semestre de 2010, é possível identificar elementos que podem influenciar a participação dos vereadores jovens no programa e seu processo de socialização política. Dentre esses elementos, podemos destacar:

- Linguagem: caracterizada pelo domínio dos termos técnicos; símbolo de poder e representação; “mediada com relação ao tempo” pelos representantes eleitos da mesa diretora;
- Envolvimento dos vereadores jovens com o programa: o excesso de faltas e o pouco envolvimento de alguns vereadores jovens com as discussões propostas nos fazem refletir sobre as representações que esta “não participação” pode ter para os estudantes. Os representantes da mesa diretora são os estudantes mais participativos, poucos estudantes apresentam propostas de projetos (quase sempre voltados para sua realidade, escola e bairro). A grande maioria “assiste” as discussões propostas, se manifestando somente através do voto no momento da aprovação das indicações;
- Espaço de participação: A dinâmica de participação é submetida a regras, como momento adequado de falar, votar e se posicionar. A mesa diretora em local de destaque, separada do “público” estabelece relações de hierarquia, tendo em vista o poder de voz “cedido” aos representantes da mesa. É interessante mencionar que a eleição para a mesa diretora marca um momento de intensa disputa de poder e competição entre os vereadores jovens, que em muitas vezes utilizam a capacidade de persuasão para conquistar os votos dos colegas;
- Comparação com as sessões da Câmara municipal de vereadores – Participação da comunidade: Pode-se observar a pouca participação de estudantes (público escolar em geral, que não são nem vereadores jovens, nem suplentes) e da comunidade nas sessões do programa Câmara Jovem e da Câmara Municipal. Este fato é um dos elementos que nos chama a atenção para a falta de integração do poder político com a comunidade, fato este também vivenciado pelo programa Câmara Jovem – falta de integração com a comunidade

escolar. Esta integração limitada da comunidade com o cenário político, tanto do programa Câmara Jovem quanto da Câmara Municipal, legitima a representação política e a concepção de que apenas alguns podem “pensar e fazer política”;

- Habilidades/Atitudes que são evidenciadas durante as sessões do programa Câmara Jovem: Oratória (discurso; poder de convencimento e argumentação); Análise de projetos; tomada de decisões (voto); Escrita (redação de proposições e projetos).
- Sentimentos evidenciados durante a sessão: Competição e Frustração. Durante a observação das sessões foi possível observar que os vereadores jovens e suplentes participantes possuíam divergências e forte competição a respeito das idéias e relevância dos projetos propostos. Observou-se também, a existência de um sentimento de angústia por parte de alguns vereadores jovens a respeito da falta apoio e interesse dos vereadores do município em relação ao programa Câmara Jovem e a dificuldade de inserir os projetos do programa na pauta de discussões da Câmara Municipal.

A forma “institucionalizada” e “formal” que as sessões são estruturadas e mediadas pelo poder público nos fazem questionar e refletir sobre normas, espaços simbólicos, linguagem, hierarquia e também possibilidades de ação política que se fazem presentes nos momentos de participação e envolvimento do jovem com a política.

A burocracia no processo de trâmite de processos e o desenvolvimento ritualizado e institucionalizado das sessões podem dificultar, limitar e em alguns casos até inibir a participação de alguns jovens que possuem dificuldade de exposição ou não possuem domínio da linguagem técnica. O fato das falas serem “cronometradas” e sempre “mediadas” pelos representantes da mesa diretora integra os representantes jovens com o poder político legislativo, reproduzindo sua forma de atuação. Entretanto, essa integração privilegia a representação política e pode limitar a ação política dos jovens na medida em que os espaços participativos de debate da esfera pública municipal se tornam limitados. Na grande maioria das vezes, os projetos são pensados pelos vereadores jovens de maneira individualizada e focada em seu contexto social, sendo direcionados ao seu contexto escolar, ou ao seu bairro de residência. Ações como debate, estudo e análise da realidade da juventude cascavelense ficam comprometidas devido à dificuldade de organização e discussão coletiva dos participantes do programa.

Pode-se reconhecer a possibilidade de o programa contribuir no processo de desenvolvimento do senso crítico dos estudantes e instigá-los a analisar sua realidade social, como o bairro e a escola. Entretanto, ainda é um desafio para os vereadores jovens identificar lacunas sociais que envolvem os adolescentes e jovens do município, e propor políticas que possam “enfrentar” essas dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados acima, pode-se entender que a eficácia do programa no alcance dos objetivos propostos em sua resolução⁸ está relacionada à concepção dos vereadores jovens sobre o programa; a integração existente entre o programa Câmara Jovem, o Poder Legislativo Municipal e a comunidade escolar e ao processo de socialização política que esses jovens tiveram contato antes da atuação no programa e que estão tendo durante sua participação no mesmo.

Com relação à concepção dos jovens sobre o programa, podemos perceber através da entrevista apresentada acima, que a maioria expressiva considera o programa como um espaço de aprendizagem e ação política capaz de contribuir em sua formação política. Entretanto, reconhecem a existência de uma dificuldade de interação entre a Câmara Jovem, o poder público municipal e a comunidade escolar, fato este capaz de comprometer a eficácia e visibilidade do programa.

A partir da análise da resolução e do regimento interno do programa, e também das entrevistas realizadas, é possível entender o programa como um espaço capaz de contribuir no processo de socialização política do jovem, na medida em que proporciona momentos de aprendizagem, discussão e ação política aos participantes. Entretanto, é preciso considerar a predominância de práticas democráticas representativas e uma lacuna no que diz respeito ao exercício democrático participativo.

Não se pode destacar o programa como elemento determinante de contato e influência política no processo de formação social desses jovens. É preciso entender os limites de participação destes no programa, como o tempo de representação e atuação do jovem como vereador e o envolvimento deste na organização e desenvolvimento das sessões. Além disso, é preciso considerar o papel e a influência de outras instituições

⁸ Integrar o jovem com a política e contribuir na formação e desenvolvimento de sua cidadania; Integrar a Câmara Municipal e os colégios públicos e privados do município. Resolução, 011/2007; Regimento Interno do Programa Câmara Jovem, 2010.

como a escola e a família no processo de socialização política dos adolescentes e jovens.

O fato de ser um espaço “formal”, “institucionalizado” de participação, promovido e relacionado com o poder público, também nos faz refletir sobre normas, regras e demais fatos que podem limitar a ação política dos jovens. A burocracia no processo de trâmite de processos e o desenvolvimento ritualizado e institucionalizado das sessões podem dificultar e até inibir a participação de alguns jovens que possuem dificuldade de exposição ou não possuem domínio da linguagem técnica.

A participação “mediada” pelo Poder Legislativo Municipal pode contribuir de maneira contraditória na formação política dos jovens, na medida em que possibilita a aprendizagem e a ação política inserida em regras, normas e espaços sociais legitimados pela hierarquia e reprodução das relações de poder e dominação entre diferentes grupos sociais.

A avaliação de programas e ações políticas municipais como estas precisam ser avaliadas no objetivo de compreender seu sistema de organização e identificar elementos que possam contribuir ou comprometer sua eficácia política como instância democrática municipal.

O processo de avaliação pode proporcionar um diagnóstico acerca das ações realizadas pelo projeto e a visibilidade destas ações para os atores envolvidos. A partir da análise avaliativa ações podem ser pensadas e propostas no objetivo de “superar” os limites e lacunas do programa e torna-lo um espaço eficaz de ação política capaz de agir politicamente no atendimento dos problemas e necessidades vivenciadas pelo público jovem do município.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G; VERBA, S. *The Civic Culture*. Stanford. Stanford University Press, 1965.

BAQUERO, Marcello. *O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: Um estudo preliminar de socialização política*. In: **Cadernos de Ciência Política**. Série: Pré-edições. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, nº8, Porto Alegre, 1997.

BAQUERO, R; NAZZARI, R. K. *Formas de (ex)pressão juvenil e (in)visibilidade social* / Rute Baquero, Rosana Katia Nazzari (Orgs) – Cascavel: Coluna do Saber, 2010. 200 p.

BRASIL. **RESOLUÇÃO** Nº. 011 de 28 de junho de 2007. Institui na câmara municipal de Cascavel “O programa Câmara Jovem” e dá outras providências. Palácio José Neves Formighieri. Edifício da Câmara Municipal de Cascavel, 2007

BUCKINGHAM, D. *The making of citizens: Young people, News & Politics*. Londres: Routledge, 2000.

CASCADEL. PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCADEL. Secretaria de Assistência Social/ Proteção Social Básica. Disponível em <<http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seaso/>> acesso em 09/01/2011.

CASCADEL. PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCADEL. Secretaria de Esporte e Lazer. Disponível em <<http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/semel/>> acesso em 09/01/2011.

CASCADEL. Regimento Interno do Programa Câmara Jovem. Palácio José Neves Formighieri. Edifício da Câmara Municipal de Cascavel, 2010.

CASTRO, Lucia Rabello de. *Juventude e Socialização Política: Atualizando o debate*. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 25 n. 4. pp. 479-487, Out-Dez 2009.

GALLEGUILLLOS, N; NEF, J. *The Uneasy road to democracy. Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*. Vol. 15. Nº 30, 1990.

MACHADO, M. *Ciência Política e socialização política nos Estados Unidos*. Revista Dados, 22. 65 – 73, 1979.

NAZZARI, Rosana Katia. *Socialização Política e Construção da cidadania no Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

TRINDADE, H. (Org.) *Reforma eleitoral e representação política: Brasil anos 90*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 1992.

VENTURI, Gustavo e ABRAMO, Helena. *Juventude, Política e Cultura*. In: Teoria e Debate, revista da Fundação Perseu Abramo, nº 45, jul/ago/set/ 2000.